

A intensidade da cidade e sua violação pela privatização empresarial da administração pública associada ao militarismo policial *

RENATO NUNES BITTENCOURT**

Resumo

O artigo analisa a ideia de cidade como espaço produtor constante de signos e seu inerente papel nos agenciamentos sociais. A submissão da vida urbana e sua gestão pública aos paradigmas mercadológicos espetaculares dissolve toda experiência autêntica de cidadania.

Palavras-chave: Cidade; Signos; Comunhão; Militarismo; Violência.

* Nota Prévia: Este artigo é fruto dos estudos realizados na linha de pesquisa Estudos Contemporâneos em Comunicação – Práticas discursivas e construção identitária na mídia desenvolvido na FACULDADE CCAA.



** **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor do Curso de Especialização em Pesquisa de Mercado e Opinião da UERJ, do Curso de Comunicação Social da Faculdade CCAA, da Faculdade de Duque de Caxias-UNIESP/Membro do Grupo de Pesquisa Spinoza & Nietzsche.



Introdução

Uma reflexão filosófica sobre a cidade poderia abordar diversos segmentos interpretativos e tramas conceituais que jamais se encerrariam adequadamente em apenas um artigo acadêmico. No presente texto propomos primeiramente um estudo sobre a constituição da esfera pública como produto das conflitantes relações sociais de identidade e alteridade mediadas pela comunicação das vivências, para em seguida abordarmos a decadência do espírito coletivo de compartilhamento da experiência social pela tendência neoliberal de dissolver o papel atuante do poder executivo como mantenedor do interesse popular em favor de sua adequação aos propósitos econômicos do grande empresariado, efetivo gestor da cidade na era do capitalismo tecnocrático.

A intensidade da cidade e o espaço social das interações

A cidade é muito mais do que um espaço geográfico, mas também um organismo produtor de signos que devem ser observados pelo pesquisador comprometido com a elaboração de uma compreensão imanente da realidade circundante. O poder semiológico da cidade é reconhecido por Roland Barthes:

A cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma

linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, perguntando-a, olhando-a [...] A cidade, essencial e semanticamente, é o lugar do encontro com o outro, e é por essa razão que o centro é o ponto de reunião de toda a cidade (BARTHES, 2001, p. 224; p. 229).

A consciência cidadina se expande vertiginosamente pelas ruas, artérias comunicacionais do espaço público em processo contínuo de modificação das suas relações societárias, promovendo a difusão de experiências sensíveis intensas proporcionais ao índice de agitação na estrutura urbana. Para Georg Simmel,

O fundamento psicológico sobre o qual se ergue o tipo de individualidade das metrópoles consiste na intensificação da estimulação nervosa resulta da rápida e ininterrupta mudança de estímulos externos e internos (SIMMEL, 2004, p. 76).

A cidade é o palco agônico das interações sociais, constituindo-se por uma ontologia imanente que se fundamenta pela produção de discursos comunicacionais nascidos da consolidação da esfera pública como fluxo móvel de contatos interpessoais, ainda que muitos desses não sejam desejados pelo indivíduo que pretende manter um espaço vital reduzido na sua existência prosaica. Richard Sennett aponta que

A cidade tem sido um *locus* de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem. Mas também foi nelas que essas imagens se estilhaçam, no contexto de agrupamentos de pessoas diferentes – fator de intensificação da complexidade social – e que se

apresentam umas às outras como estranhas (SENNETT, 2008, p. 25).

A convivência com a diferença é o pressuposto por excelência da vida cidadina e uma forma radical do sujeito desenvolver a ampliação da sua consciência como ser atuante na esfera pública, que supera os limites individuais da identidade pessoal e exige o cumprimento de regras formais de convivência coletiva. Para Armando Silva,

Uma cidade é não só topografia mas também utopia, devaneios, ilusões. Uma cidade é lugar, aquele lugar privilegiado por um uso, mas também é lugar excluído, aquele local despojado de normalidade coletiva por um setor social (SILVA, 2001, p. 222).

A experiência das relações sociais na conflitante dicotomia da paz-medo, da identidade e da alteridade entre os indivíduos e grupos, a segurança e a violência se caracterizam precisamente por essa inevitável confluência de antagonismos. A arte da vida na cidade se constitui precisamente pela habilidade de se lidar com os estranhamentos em relação ao diferente, ao insólito. Susana Gastal considera que

A cidade, na sua presença às vezes sufocante, coloca-se no peso da materialidade do espaço com seus cheiros (nem sempre agradáveis), suas cores (não raro excessivas), seus ruídos (quase ensurdecadores), na presença do outro a nos tocar, empurrar, submeter (GASTAL, 2006, p. 213).

A harmonia aparente da cidade corre o risco constante de se dissolver em consequência de seus conflitos internos e sua difícil gestão funcional na oferta de serviços vitais que satisfaçam convenientemente aos interesses dos

seus habitantes. Para Marshall McLuhan,

O ambiente social produzido pelo homem como extensão de seu corpo responde às novas pressões e irritações lançando mão de novas extensões – sempre no esforço de manter energia permanente, constância, equilíbrio, homeostase [...] Formada para a proteção, inesperadamente a cidade gerou violentas intensidades e novas energias híbridas, pela aceleração de funções e conhecimentos acabou por explodir em agressão (MCLUHAN, 1974, p. 118).

A cidade considerada como organismo de socialização entre os indivíduos que visam perpetuar suas existências particulares através da efetivação da segurança vital é como uma camada envoltória do corpo humano na sua luta radical contra as ameaças externas, de modo a promover essencialmente relações regidas pelo princípio lógico de identidade, mas que inevitavelmente exige o diálogo (nem sempre amistoso) com os signos da alteridade representados pelos forasteiros, estrangeiros, agressores, aventureiros. Georg Simmel afirma que

Do mesmo modo que um homem não termina nas fronteiras do seu corpo e da área compreendida pela sua atividade imediata, mas apenas na totalidade das ações que dele emanam no tempo e no espaço, assim também uma cidade consiste na totalidade das ações que se estendem para além dos seus confins imediatos. É esta somente a verdadeira dimensão na qual a sua existência se exprime (SIMMEL, 2004, p. 88).

O espaço energético da vida individual no seu processo criador de símbolos e sua inerente impressão sobre a realidade circundante evidencia que uma pessoa

não encerra sua existência na sua própria identidade subjetiva, mas como uma contínua abertura para o mundo. A cidade se torna a extensão nervosa do corpo humano. McLuhan argumenta ainda que

A cidade se formou como uma espécie de abrigo ou escudo protetor do homem, mas essa camada protetora foi obtida a custo de uma maximalização da luta intramuros [...] A cidade, em si mesma, é tradicionalmente uma arma militar, um escudo ou armadura coletiva, uma extensão do castelo de nossa própria pele (MCLUHAN, 1974, p. 117-118; p. 385).

Os fatores determinantes para o surgimento da cidade nasceram da racionalização de sentimentos que perpassam a subjetividade de cada um dos seus habitantes, a afinidade para com seus próximos pela amizade e o desejo de distanciamento em relação aos indivíduos e grupos que amedrontam por seus caracteres imputados como diferentes. Conforme discursa Fausto Fawcett,

As vidas são fragmentos da intensidade à deriva nessa bomba de ocorrências que é a vida na cidade megalópole. Cidade onde as pessoas são vetores obscenos de urgência, e a gente nunca sabe muito bem o que vai no coração da multidão[...] Toda cidade é um monumento, uma esfinge esquartejada, sua alma coletiva nunca vai ser decifrada. A cidade é a catedral para toda reza industrial, se alimenta de qualquer referência (FAWCETT, 2012, p. 41, p. 194).

A contingência impera nas periferias e no centro vital da cidade; uma multiplicidade de dados aleatórios perpassa os encontros fortuitos das pessoas nas vias de circulação do

espaço social, exigindo uma capacidade sinestésica de absorção de tantos signos que se manifestam na estrutura urbana. Kevin Lynch afirma que

Cada cidadão tem vastas associações com alguma parte da cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados [...] As cidades são o habitat de muitos grupos, e só com uma compreensão diferenciada de imagens grupais e individuais, bem como de suas inter-relações, será possível criar um ambiente capaz de satisfazer a todos (LYNCH, 2011, p. 181).

Somente uma visão de mundo obtusa não reconheceria a presença de uma energia vital prenhe de signos a ser decifrados pelo intérprete da ontologia da cidade em todos os seus componentes. Massimo Canevacci postula que

Um edifício “se comunica” por meio de muitas linguagens, não somente com o observador mas principalmente com a própria cidade na sua complexidade: a tarefa do observador é tentar compreender os discursos bloqueados nas estruturas arquitetônicas, mas vívidos pela mobilidade das percepções que envolvem numa interação inquieta os vários espectadores com os diferentes papéis que desempenham (CANEVACCI, 2004, p. 22).

A vida na cidade gera uma espécie de orgasmo originado pela circulação pelos locais prediletos, pelas ruas que interligam o tecido urbano ao centro nervoso das transações comerciais, políticas e sociais, pelo próprio sentimento de se viver nesse espaço imputado pessoalmente como “sagrado”. Com efeito, podemos considerar como “religiosa” a relação da pessoa com sua cidade amada, pois a

conexão humana com o espaço vital se enraíza como uma imanência radical. Para João do Rio,

A rua nasce, como o homem, do soluço, do espaço, há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer as pedras para as frontarias, cantarem, cobertas de suor, uma melopeia tão triste que pelo ar parece um arquejante soluço (JOÃO DO RIO, 2008, p. 31).

A esfera pública se configura como a dimensão da visibilidade, da interação interpessoal e das relações comunicacionais isonômicas. Aristóteles legou uma inestimável compreensão teleológica do sentido da cidade como o palco da realização dos projetos humanos:

Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política (ARISTÓTELES, **Política**, I, 1, 1252a).

A configuração orgânica da cidade de certa maneira soluciona o problema da limitação física do ser humano, naturalmente incapaz de resolver solitariamente todas as suas dificuldades cotidianas e estabelecer sua existência de maneira segura perante as adversidades naturais. Por não ser autossuficiente o homem depende de

seu envolvimento na ordem pública. Aristóteles diz ainda que

É claro, portanto, que a cidade tem precedência por natureza sobre o indivíduo. De fato, se cada indivíduo isoladamente não é autossuficiente, consequentemente em relação à cidade ele é como as outras partes em relação ao todo, e um homem capaz de integrar-se numa comunidade, ou que seja autossuficiente a ponto de não ter necessidade de fazê-lo, não é parte da cidade, por ser um animal selvagem ou um deus (ARISTÓTELES, **Política**, I, 1, 1253a).

A configuração moderna da cidade, em resposta ao medo difuso presente nos grandes centros urbanos favoreceu a dissolução dessa experiência plena do viver em comum, de modo que a “idiotia” se torna a regra para os habitantes dos condomínios de segurança máxima e frequentadores de *shopping centers*, que estabelecem assim uma divisão física e imaginária em relação aos encontros considerados indesejáveis. Essa é a negação da comunhão cidadina entre os homens. Para Martin Buber,

A comunidade pode surgir somente na medida em que houver verdadeira vida entre os homens [...]. A comunidade concreta autêntica que se baseia sobre a verdadeira vida em comum entre os homens, sobre a relação imediata entre eles, é a célula do sistema comunitário. Nenhum sistema comunitário autêntico pode ser constituído por indivíduos, mas por comunidades concretas (BUBER, 2008, p. 70; p. 74)

Pela deliberação comunicacional as experiências e anseios pessoais são compartilhados de modo a se gerar o fortalecimento das ações humanas e seu

poder de transformação do meio circundante, único instrumento capaz de promover a soberania popular como força criativa. Conforme a interpretação de Hannah Arendt,

A sociedade é a formal na qual o fato da dependência mútua em prol da vida, e de nada mais, adquire importância pública, e na qual se permite que as atividades, relacionadas com a mera sobrevivência apareçam em público [...] Toda atividade realizada em público pode atingir uma excelência jamais igualada na privacidade; para a excelência, por definição, é sempre requerida a presença dos outros, e essa presença exige a formalização do público, constituído pelos pares do

indivíduo [...] O domínio público, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que caiamos uns sobre os outros, por assim dizer (ARENDT, 2010, p. 56; p. 59; p. 64).

Se em sua essência a finalidade ontológica da cidade consiste na regulação das relações sociais em favor de um nível razoável de harmonia social, essa disposição fundamental se modifica profundamente na remodelagem dos parâmetros administrativos da política inclinada aos mandamentos normativos do neoliberalismo em sua associação bem-sucedida ao ideário espetacular.



A cidade vendida ao poder empresarial no capitalismo tardio

A ingerência promíscua dos interesses empresariais na gestão pública da cidade se torna a regra no capitalismo tardio, ocorrendo não apenas a privatização dos serviços básicos para o exercício da cidadania, mas também a confusa mescla do poder oficial e do poder corporativo-financeiro, que de

fato regula as ações governamentais. A imagem da cidade se converte em espetáculo a ser vendido como um produto pasteurizado aos turistas consumidores de emoções e aos habitantes politicamente alienados que não reconhecem as contradições sociais que ocorrem sob suas próprias vistas. Conforme defende Massimo Cacciari: “Jamais poderemos sentir-nos

habitantes em lugares segregados do consumo do território; em lugares protegidos acabaremos por sentir-nos ainda mais alienados que numa carruagem do metropolitano” (CACCIARI, 2010, p. 60). O entretenimento espetacular se torna o ópio das massas, de maneira que tudo vai bem enquanto houver a fuga divertida dos problemas concretos da vida urbana, diluindo-se assim toda possibilidade de cooperação dos sujeitos na luta por reconhecimento das demandas sociais. Segundo Henri Lefebvre,

A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo. A velocidade da circulação de pedestres, ainda tolerada, é aí determinada e demarcada pela possibilidade de perceber as vitrines, de comprar os objetos expostos (LEFEBVRE, 2008, p.28).

Todas as medidas de segurança da cidade, transformada em um Estado Policial, visam não o beneficiamento efetivo dos habitantes, mas a garantia de preservação das ações empresariais que lucram através da especulação do espaço público e sua inerente submissão aos dispositivos espetaculares para os grandes eventos esportivos, catalizadores de grandes montantes financeiros para a elite econômica transnacional que estabelece seu poder ubíquo sobre a cidade. Conforme aponta Adir Ubaldo Rech,

A construção do Estado sempre iniciou pela cidade, mas a elite dominante sempre se preocupou mais consigo mesma e em ampliar o poder para outras esferas, do que utilizá-lo em nível local para solucionar problemas que afligem a maioria da população que vive ainda à margem da cidade clássica, historicamente construída pelo homem, como santuário do bem-

estar e da civilidade (RECH, 2007, p. 207).

A remodelagem da topografia da cidade pelas intervenções empresariais travestidas como governamentais é apenas a aparência física da cisão do espírito democrático que regula o organismo político civilizado. Além dos recorrentes casos de superfaturamento das obras públicas, constata-se regularmente que muitas dessas intervenções agressivas os espaços de circulação coletiva são efetivamente desnecessárias para o verdadeiro progresso da cidade. Angelo Serpa salienta que

A alteração dos referenciais culturais das áreas de urbanização popular, a partir da mercantilização de suas manifestações artísticas, transforma radicalmente os espaços públicos nos bairros populares, agora instrumentalizados pela lógica do capitalismo para multiplicar produção e consumo. [...] Os espaços públicos contemporâneos transformam-se em lugares do espetáculo para os habitantes e os visitantes de passagem, a cidade se engajando decididamente na produção de um élan festivo. No entanto, essas intervenções – cada vez mais pontuais e restritas – se contentam em produzir cenários literalmente destinados a fascinar os futuros usuários, tornando-se peças publicitárias das administrações locais, sem relação com as práticas sociais cotidianas, que talvez pudessem lhes conferir algum conteúdo e significado (SERPA, 2013, p. 34-35; 85).

Uma das motivações para se transformar o tecido urbano em um caótico canteiro de obras reside no interesse de esvaziamento humano da cidade, de modo a se criar na coletividade social um sentimento de

insegurança perante a desconstrução arbitrária das suas identificações simbólicas com os seus espaços sociais. Jane Jacobs argumenta que

Quando o coração urbano para ou se deteriora, a cidade, enquanto conjunto de relações sociais, começa a sofrer: as pessoas que deveriam se encontrar deixam de fazê-lo, em virtude da falta das atividades do centro [...] Sem um coração central forte e abrangente, a cidade tende a tornar-se um amontoado de interesses isolados. Ela fracassa na geração de algo social, cultural e economicamente maior do que a soma de suas partes constitutivas (JACOBS, 2013, p. 181).

O enraizamento da pessoa em seu espaço de vivência e circulação cotidiana é ameaçado pela cobiça corporativa, alheia a todos os sentimentos que humanizam a relação do homem com seu local de ambientação. Expropriações arbitrárias, indenizações incompatíveis com os valores das habitações e transferências dos moradores para regiões urbanas desvalorizadas são as práticas recorrentes do poder executivo associado ao ímpeto usurário dos especuladores imobiliários. Adir Ubaldo Rech indaga:

Que Estado é esse que sob o pretexto de arrecadar tributos, que é mero meio de garantir direitos à sociedade, tira o seu próprio direito? Isso se constitui num ato administrativo que desvirtua a finalidade da administração pública e que, em nome do princípio da legalidade, descumpra a função do próprio Estado: garantir o direito mais antigo do ser humano: a moradia (RECH, 2007, p. 223).

A mídia hegemônica, ao invés de cumprir os seus parâmetros

deontológicos de esclarecimento social e de atuar efetivamente como mediadora racional entre a esfera pública e o poder estabelecido, apenas se esforça cotidianamente em dissolver toda capacidade de mobilização da multidão na sua luta contra a opressão do Estado autoritário que legisla em nome dos interesses plutocráticos. Mesmo quando a estrutura midiática realiza essa conexão entre população e governo, tal ato se deve a um mecanismo corporativo que lhe garante a adesão consensual dos receptores, que acreditam na força contestatória das empresas midiáticas como reivindicadora dos direitos sociais. Em verdade, nesse processo comunicacional ocorre a tutela sobre a população, mantida em estado de menoridade existencial para que justamente dependa da voz midiática para que tenha assim seus clamores ouvidos pelos órgãos públicos. Tal circunstância é muito conveniente para o poder estabelecido, pois assim os agrupamentos sociais não se mobilizam organicamente em suas demandas por soluções efetivas para os problemas cotidianos da vida cidadina. Segundo Rodrigo Gabrioti,

A informação, sobretudo aquela a serviço das forças hegemônicas e do Estado, é a principal regente das ações que definem as novas realidades espaciais. Um incessante processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes, impondo novos mapas ao mesmo território (GABRIOTI, 2012, p. 80).

A voz da multidão é silenciada e estigmatizada pela mídia corporativa, criando-se um falso sentimento de consenso e cordialidade, absolutamente frágil em suas bases axiológicas, pois constantemente a efervescência do mal-estar social da violência endêmica e

difusa manifesta sua face sangrenta ao habitante iludido pela noção de paz citadina. Henri Lefebvre indaga:

O espaço urbano da rua não é o lugar da palavra, o lugar da troca pelas palavras e signos, assim como pelas coisas? Não é o lugar privilegiado no qual se escreve a palavra? Onde ela pôde tornar-se “selvagem” e inscrever-se nos muros, escapando das prescrições e instituições? (LEFEVBRE, 2008, p. 28).

A incompreensão das contradições sociais motivadas pela distribuição desigual de renda, pela exploração das classes subalternas imputadas como descartáveis e pelo desinvestimento governamental nos focos carentes do organismo social perpetua a ignorância de uma zona cinzenta do tecido urbano cada vez mais individualista que prefere viver enclausurada nos seus espaços de segregação social de habitação e de consumo a se integrar civicamente no processo de inclusão social efetivo dos diversos segmentos citadinos. Conforme salienta Ana Fani Alessandri Carlos,

O espaço público, saturado de imagens, signos do urbano e da vida moderna, age como elemento norteador dos comportamentos e definidor dos valores que organizam a troca, hierarquizando os indivíduos através de seu acesso aos lugares da cidade (CARLOS, 2011, p. 138).

Quanto maior a cisão humana entre os habitantes do espaço urbano, maior a sensação aterradora de vazio que se manifesta entre essas pessoas e, por conseguinte, o afloramento da insegurança e do medo, canalizado violentamente contra os indivíduos marginalizados como detritos sociais. Para Armando Silva,

O medo na cidade não só surpreende e dá origem a uma solução de rotas e novos caminhos para aqueles que a habitam, senão que é um elemento cada vez mais estruturante no comportamento da cidade (SILVA, 2001, p. 123).

A estrutura arquitetônica da cidade sob os auspícios do capitalismo tardio se regula justamente pela florescência do medo que molda as configurações físicas dos espaços de circulação social. O medo é uma disposição atávica que perpassa as existências da grande maioria das pessoas ao longo da história da vida citadina, um sentimento praticamente impossível de ser erradicado da condição humana e que, de certa maneira, molda tanto a consciência individual como coletiva dos agrupamentos sociais, influenciando assim no agenciamento das suas disposições societárias. Antonio Risério argumenta que

As cidades já não erguem muros em seus limites exteriores, os muros são construídos dentro dela. São muros internos, separando vizinhos. Trincheiras de cidadãos se precavendo contra seus próprios concidadãos. E esta “arquitetura do medo” se espalhou por todo o planeta (RISÉRIO, 2012, p. 303).

Nessas condições, é inegável que a erupção do medo na cidade tecnocrática, caracteristicamente difuso, apresenta uma entonação apavorante para as pessoas incapazes de aceitar a dinâmica efêmera e contingente da existência, sentindo-se assim ameaçada por tudo e por todos. Nesse contexto, perguntas tais como “em quem eu posso confiar?” ou “quem é meu inimigo” se tornam recorrentes no vocabulário do cidadão urbano. Para Bauman,

A insegurança alimenta o medo: não há novidade, portanto, o fato de

que a guerra à insegurança tenha grande destaque na lista das prioridades dos planejadores urbanos [...] O problema, porém, é que, com a insegurança, estão destinadas a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventura, em suma, todos os atrativos da vida urbana – a alternativa à insegurança não é a beatitude da tranquilidade, mas a maldição do tédio. É possível derrotar o medo e ao mesmo tempo suprimir o tédio? (BAUMAN, 2009, p. 68).

O desinteresse por resistência contra a gestão empresarial da cidade amplifica a audácia do poder despótico vigente e desmobiliza uma participação orgânica da multidão contra a espoliação social, circunstância que em curto prazo se manifesta pela proliferação da violência dos espaços periféricos em direção aos centros nervosos da cidade. Segundo Richard Sennett,

Corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se cada vez mais desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os por meio de locomoções e perdendo a noção de destino compartilhado (SENNETT, 2008, p. 326).

Ora, é justamente interesse do poder executivo na dinâmica administrativa do capitalismo tardio que os sujeitos se desagreguem politicamente das suas potenciais capacidades de ingerência participativa na esfera pública, permanecendo, de preferência, reclusos em seus enclaves domiciliares ou na atmosfera narcótica dos grandes centros de consumo. De acordo com Eni Pulcinelli Orlandi,

A organização do urbano, nesse modo de silenciamento,

funcionando nessa instância imaginária, impede o trabalho de novas (e reais) necessidades da sociedade, isto é, de propiciar a entrada em uma nova ordem do social (muitas vezes premente) que se perde na marginalidade do interdito (sem-sentido) (ORLANDI, 2004, p. 151).

A ausência de uma experiência de coletividade solidária entre os indivíduos, convertidos em consumidores-cidadãos dos espaços comerciais integrados (enclaves de segurança que garantem a satisfação asséptica dos seus desejos) mantém a cisão do espaço público na sociedade capitalista. Para Michel Agier,

As nossas cidades têm hoje a marca dessa contradição: fundadas para reunir, ligar, aproximar as pessoas e assim reduzir os custos das interações e do trabalho, mantêm o desejo de momentos de comunidade, mas elas colocam a maior parte da nossa existência em quadros impessoais, sistema de proteção, organizações solitárias e narcisistas. Qualquer comunidade, qualquer agrupamento coloca-se, assim, do lado da resistência a essa ordem urbana da solidão e da negação do mundo comum (AGIER, 2011, p. 173-174).

A tecnocracia do governo legislador em favor da plutocracia não aceita as manifestações ubíquas das multidões, pois estas evidenciam a própria crise de representatividade e legitimação do poder no capitalismo tardio. A alegação de que desconhecem as demandas populares nada mais é do que uma falácia odiosa que somente reforça a degradação governamental convertida em mera burocracia lacaia do empresariado. Para Adir Ubaldo Rech,

A primeira constatação que se deve fazer é que o objetivo da cidade,

que era o bem-estar, a convivência e a segurança, fica em segundo plano, pois, ao sentir o gosto do poder, a classe dominante transforma o próprio poder em objetivo e ideal a ser perseguido. A cidade ideal é substituída pela luta e conquista do poder (RECH, 2007, p. 21).

As multidões lutam por seus direitos civis violados, lutam pela afirmação de sua dignidade humana, lutam pela erradicação da corrupção governamental que, ao desviar verbas destinadas ao bem coletivo para as contas bancárias de uma elite maliciosa, em curto prazo promove ampliação do índice de pobreza e consequente inserção de grupos humanos na criminalidade, lutam por saúde e educação de qualidade. As domingadas políticas dos canalhas servidores da espetacularização social proliferam sem limites na cidade vendida aos empreiteiros e promotores esportivos. Adir Ubaldo Rech argumenta ainda que

O caos das cidades reside numa espécie de pacto moderno de exclusão social, tendo o Direito como instrumento. A sociedade admite o pacto como forma de manter a ordem pública. Mas a crise desse pacto começa a evidenciar a necessidade de se alterar a estrutura do Estado, bem como a base e o enfoque da produção e interpretação do Direito. É a base da esperança na inclusão social (RECH, 2007, p. 84).

A criminalização e subsequente repressão desmedida das forças policiais aos movimentos sociais de contestação ao processo de venda do organismo da cidade para a especulação financeira é a prova cabal que adentramos em um novo Estado de Exceção, suprimindo os direitos constitucionais elementares da cidadania moderna no próprio seio da

sociedade democrática, um paradoxo absurdo que, no entanto, encontra sua explicação de plausibilidade na própria natureza do Capital, ele mesmo o solucionador de todas as contradições insolúveis. Segundo Marcelo Lopes de Souza,

Buscar um desenvolvimento urbano autêntico, que não se traduza como um “desenvolvimento capitalista” do espaço em detrimento de interesses sociais mais amplos ligados à justiça social, à proteção ambiental e outras metas, exige, consequentemente, que não se perca de vista uma preocupação com a eficácia tanto tática quanto estratégica em matéria de capacidade de proposição e ação, inclusive e sobretudo das organizações dos ativismos sociais. Em outras palavras, exige que não se perca de vista uma preocupação com o aumento da capacidade de planejamento e gestão, de elaboração de (contra)propostas e (contra)projetos, e isso a serviço de um combate à heteronomia instituída (SOUZA, 2008, p. 265).

A questão do desenvolvimento local se caracteriza como uma alternativa de iniciativa coletiva das classes subalternas para sua emancipação social plena em especial quando a conjuntura política governamental se configura por sua convergência na busca de soluções para os problemas de infraestrutura que afetam o habitat e meio ambiente dessa coletividade. Porém, é imprescindível que o oportunismo de corporações empresariais e mesmo instituições universitárias privadas que desenvolvem pesquisas em desenvolvimento local sejam fiscalizados rigorosamente por comitês comunitários de base e analistas políticos, para que essas pretensas ações sociais realizadas em favelas e espaços periféricos da cidade em prol do

progresso humano não se tornem apenas um mecanismo de captação de mão de obra barata para granjear maior margem de lucro para essas empresas.

A favela ocupada pela Unidade de Polícia Pacificadora, pelo fato de se encontrar geograficamente em um ponto estratégico na realização dos megaeventos espetaculares da cidade recebe a instalação de agências bancárias e núcleos de extensão universitária de instituições privadas de ensino superior do entorno apenas de cursos imputados comercialmente como rentáveis no aproveitamento do exército laboral de reserva na sua conveniência da realização de grandes eventos da cidade (Turismo, Hotelaria, Informática). Por que não Serviço Social, Enfermagem, Letras, Nutrição? Pelo fato de que os habitantes da favela reconfigurada conforme os ditames espetaculares devem servir aos interesses do empresariado e sorrir para os turistas-consumidores em circulação pela cidade. Como cardápio, pernas de rã a ser comercializadas pelos grandes restaurantes. Conforme argumenta David Harvey,

Para o Capital não destruir totalmente a singularidade, base para a apropriação das rendas monopolistas (e há muitas circunstâncias em que o Capital faz exatamente isso), deverá apoiar formas de diferenciação, assim como deverá permitir o desenvolvimento cultural local divergente, em algum grau, incontrolável, que possa ser antagônico ao seu próprio e suave funcionamento (HARVEY, 2005, p. 236).

O temor do governo empresarial pela profusão múltipla dos protestos contra a espoliação do espaço público encontra sua motivação em uma questão de

natureza ontológica: o problema da contingência. O que pode o corpo da Multidão Ubíqua na sua contestação contundente ao autoritarismo do Estado Neoliberal submisso aos ditames empresariais? Qual seu poder efetivo? O desconhecimento da potência plástica da Multidão Ubíqua causa estranhamento aos detentores do dito monopólio legítimo da violência que, inseridos em uma dinâmica militarista de cunho extensivo, não conseguem compreender o caráter fluído desses movimentos de resistência ao governo neoliberal, decorrendo daí o uso desproporcional da força repressora do autoritarismo policial, infamemente materializado em seus golpes de cassete e pela onipresença do gás lacrimogênio na atmosfera da cidade rebelada. Para Walter Benjamin,

Os fins da violência policial seriam sempre idênticos aos do reino do Direito, ou pelo menos teriam relação com estes é inteiramente falsa. Pelo contrário, o “Direito” da polícia assinala o ponto em que o Estado, seja por impotência, seja devido às conexões imanentes a qualquer ordem de direito, não consegue mais garantir, por meio dessa ordem, os fins empíricos que ela deseja alcançar a qualquer preço (BENJAMIN, 2011, p. 135).

A agressividade fascista dos órgãos policiais do Estado Neoliberal denota o medo dessa elite plutocrática perante o processo de tomada de consciência popular na demanda por seus direitos sociais, alheados diariamente pelos desmandos da corja política herdeira do patriarcado colonial em suas atitudes reacionárias. O medo gera o ódio contra a diferença, e dessa associação de afetos reativos brota o ímpeto de violência radical do sistema opressor do Estado contra a população que entoa sua legítima voz discordante contra a

espoliação cotidiana. Para Vera da Silva Telles,

Nesse campo em que a cidade pode ser pensada no registro da civilidade talvez se esclareça o sentido mais radical da privação dos direitos. O não reconhecimento do outro significa uma forma de sociabilidade que não se completa porque regida por uma lógica de anulação do outro como identidade (TELLES, 2013, p. 65).

A criminalização das manifestações populares contra o autoritarismo estatal defensor das negociatas espoliativas do empresariado representa a vitória do capital financeiro sobre a coletividade cidadã. O governo plutocrático adepto da cartilha neoliberal pretende silenciar a voz da cidade ao matar a força orgânica que emerge em tempos de crise das potências mobilizadoras contra sua opressão totalitária; ocorre assim, simbolicamente, a morte da cidade, contrariando a perspicaz colocação de Eric Dardel: “Uma cidade ativa não é um espaço inerte, mas um espaço que se move, um espaço vivo” (DARDEL, 2011, p. 14). Mas a tecnocracia capitalista não consegue fundamentar seu jugo sobre pessoas criadoras, autônomas, e, para tanto, necessita desumanizá-las, silenciando-as e retirando-lhes sua dignidade política. Para Henry-Pierre Jeudy, “A visão da cidade que perdeu seus corpos e clamores constitui um estereótipo da premonição do desastre” (JEUDY, 2005, p. 93). Sob a máscara da democracia parlamentar o sangue da vida furtada escorre pelas veias da cidade. A histriônica Lady Macbeth que está infiltrada no poder executivo desfere seus golpes de machado contra as aspirações democráticas dos contestadores de sua tirania. As cândidas mentiras do capitalismo espetacular devem ser rechaçadas

violentamente para que a alienação política da massa subserviente ao ideário do Estado Neoliberal seja dissolvida.

Considerações finais

A noção de cidade como o organismo social de convivência coletiva em prol da construção do bem comum perdeu a sua significação na prática avassaladora do neoliberalismo, que transferiu o centro decisório do poder político para uma modalidade empresarial de exploração da cidade que faz convergir uma violenta reconfiguração dos espaços públicos, casas, prédios e ruas ao plano espetacular do entretenimento totalitário. O resultado disso tende a ser desolador se porventura a população opositora desse projeto espoliativo não se contrapor de todas as maneiras convenientes aos desmandos arbitrários do poder executivo e atos corruptos dos seus asseclas parlamentares e suas forças policiais.

Referências

- AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade:** lugares, situações, movimentos. Trad. de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Trad. de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- ARISTÓTELES. **Política.** Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1997.
- BARTHES, Roland. **A aventura semiológica.** Trad. de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade.** Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BENJAMIN, Walter. “Para uma crítica da violência”. In: **Escritos sobre mito e linguagem.** Trad. de Ernani Chaves. São Paulo: Ed. 34/Duas Cidades, 2011, p. 121-156.

BUBER, Martin. **Sobre Comunidade**. Trad. de Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CACCIARI, Massimo. **A Cidade**. Trad. de José J. C. Serra. Amadora: Gustavo Gili, 2010.

CANEVACCI, Massimo. **A Cidade Polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. Trad. de Cecília Prada. São Paulo: Nobel, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FAWCETT, Fausto. **Favelost (The book)**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GABRIOTI, Rodrigo. **Interação e intercidades**: a comunicação regional na reconstrução dos espaços. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

GASTAL, Susana. **Alegorias Urbanas**: o passado como subterfúgio. Campinas: Papirus, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad. de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Trad. de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Trad. de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOÃO DO RIO. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Trad. de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Trad. de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1974.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

RECH, Adir Ubaldo. **A exclusão social e o caos nas cidades**: um fato cuja solução também passa pelo Direito como instrumento de construção de um projeto de cidade sustentável. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

RISÉRIO, Antonio. **A Cidade no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2012.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Trad. de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2013.

SIMMEL, Georg. "As metrópoles e a vida mental" In: **Fidelidade e Gratidão e outros textos**. Trad. de Maria João Costa Pereira e Michael Knoch. Lisboa: Relógio d'água, 2004, p. 75-94.

SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos**. Trad. de Mariza Bertoni e Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Ed. 34, 2013.

Recebido em 2014-03-13
Publicado em 2014-04-13